ISSN: 2358-8829

PROJETO ABRIL AZUL: AÇÕES DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NO AMBIENTE ESCOLAR

Kézia Ferreira Batista Brasil [1]
Antonia Erika Correia de Sousa Tavares [2]
Edvania Fernandes Saboia [3]
Sandra Helena Silva de Almeida Freitas Pascoal [4]
Weslley Alves Siqueira [5]
Ricardo de Oliveira Tavares [6]

INTRODUÇÃO

A consolidação da educação inclusiva no Brasil representa um dos avanços mais significativos e, ao mesmo tempo, um dos maiores desafios da gestão educacional e da práxis docente contemporânea. Amparada por um robusto arcabouço normativo que assegura o direito inalienável de todos os indivíduos à aprendizagem e à permanência na escola regular, a inclusão escolar exige a transformação contínua das estruturas institucionais, das metodologias de ensino e das atitudes comunitárias. Nesse cenário, o atendimento a estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) ganha centralidade nos debates pedagógicos, uma vez que o espectro abrange uma diversidade de manifestações cognitivas, sensoriais, de linguagem e de interação social que demandam respostas educativas personalizadas e não estigmatizantes.

[1] Doutoranda do Curso de Educação da Universidade Nacional de Rosário (UNR), Professora da Educação Básica da SEDUC/SEMED–AM, kfbpassos@hotmail.com;
[2] Doutoranda do Curso de Educação da Universidade Nacional da Rosário (UNR), Professora da Educação Básica da SEDUC–CE, ekinha22@gmail.com;
[3] Especialista em Gestão Escolar e Coordenadora Pedagógica Pela Universidade Única de Ipatinga, Professora da Educação Básica da SEDUC–CE, edvaniasaboia@gemail.com;
[4]Doutoranda do Curso de Educação da Universidade Nacional de Rosário (UNR), Professora da Educação Básica SEDUC–CE, sandra.helenalmeida@gmail.com;
[5] Doutorando do Curso de Educação da Universidade Nacional de Rosário (UNR), Professor do Instituto Federal de Mato Grosso, Campos Cuiabá–MT, weslleyalvessiqueira@gmail.com;
[6] Professor orientador: Doutor em Bioquímica pela Universidade Federal do Ceará, Professor da Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA, Centro de Ciências Agrária e Biológicas, Curso de Ciências Biológicas–CE, ricardo_tavares@uvanet.br

ISSN: 2358-8829

No contexto do Ensino Médio, esses desafios são amplificados pela própria organização curricular dessa etapa final da Educação Básica. Caracterizado pela fragmentação disciplinar, pelo ritmo acelerado de exposição dos conteúdos e pelo elevado grau de abstração exigido em áreas como Ciências da Natureza e Matemática, o Ensino Médio impõe, muito frequentemente, barreiras ao engajamento de alunos neurodivergentes. Na rede pública de ensino de Manaus, o crescimento exponencial na matrícula de estudantes com TEA expõe a urgência de estratégias pedagógicas que permitam a transposição didática dos conteúdos sem que haja a infantilização dos educandos ou a redução simplista das expectativas de aprendizagem. Assim, surge o impasse: como transpor os saberes escolares de modo que o estudante com TEA participe ativamente das atividades curriculares e extracurriculares mantendo-se integrado ao grupo?

Diante dessa problemática, torna-se imprescindível recorrer ao respaldo das legislações nacionais que balizam a garantia desses direitos. Nesse sentido, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996), em seu Artigo 59, estabelece que os sistemas de ensino devem assegurar, aos educandos com necessidades especiais, currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos para atender às suas necessidades. Posteriormente, alinhada a Lei, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) reafirmou a importância do Atendimento Educacional Especializado (AEE) como elemento complementar e suplementar à escolarização.

Ademais, a aprovação da Lei Berenice Piana (Lei nº 12.764/2012), que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, e da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI nº 13.146/2015) consolidou o entendimento de que o autismo é uma deficiência para todos os efeitos legais, assegurando aos estudantes o acesso a acompanhantes especializados e a adaptações razoáveis no ambiente escolar.

Assim sendo, para compreender os mecanismos de aprendizagem e mediação necessários a essa população, este estudo se fundamenta nas contribuições da psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem. Dito isso, na perspectiva construtivista de Jean Piaget (1972), compreende-se que a assimilação e a acomodação de novos conhecimentos ocorrem mediante a ação prática e a interação do indivíduo com o meio, o que justifica o uso de dinâmicas concretas, sensoriais e lúdicas no processo de aprendizagem.

ISSN: 2358-8829

Complementando tal perspectiva, a teoria sociointeracionista de Lev Vygotsky (1984) postula que as funções psicológicas superiores são desenvolvidas por meio da mediação social e do uso de instrumentos e signos. Já na abordagem vygotskiana, a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) evidencia que a intervenção pedagógica adequada – realizada por pares mais experientes ou educadores – é capaz de estimular o desenvolvimento de capacidades no estudante com TEA.

No campo da didática, a adaptação dos conteúdos apoia-se no conceito de Transposição Didática formulado por Yves Chevallard (1991), segundo o qual o "saber sabio" (conhecimento científico) precisa ser transformado em "saber a ser ensinado" e, finalmente, em "saber ensinado". No âmbito da educação inclusiva, essa transposição alinha-se aos princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), proposto pelo *Center for Applied Special Technology* (CAST, 2018). O DUA defende a criação de currículos acessíveis desde a sua concepção, por meio de múltiplos meios de representação (o "o quê" da aprendizagem), múltiplos meios de ação e expressão (o "como" da aprendizagem) e múltiplos meios de engajamento (o "porquê" da aprendizagem).

É nesse enquadramento teórico-normativo que se insere a experiência prática, objeto deste estudo. A ação decorreu das atividades promovidas durante o mês de abril, em alusão à campanha mundial “Abril Azul”, voltada à conscientização sobre o autismo e as situações que o atravessam, cuja culminância comunitária se deu no espaço da Hora Cívica da escola. Como desdobramento e aprofundamento do projeto mais amplo, foi proposta e executada por um dos autores, na condição de professora auxiliar de vida da instituição, uma oficina interdisciplinar e multissensorial, com foco nas diversas facetas do espectro autista.

A oficina foi concebida para atuar na interface entre a sensibilização atitudinal da comunidade escolar e a vivência pedagógica prática. A metodologia envolveu a exibição inicial de um recurso audiovisual lúdico e informativo, que serviu como ponto de partida para as discussões. Em seguida, foram estruturadas estações de vivência, com dinâmicas voltadas à compreensão de limitações associadas – como a deficiência visual e as deficiências múltiplas –, à introdução e aplicação de sistemas de Comunicação Alternativa e Aumentativa (CAA) para alunos não verbais, e oficinas práticas focadas na memória, na pintura e no desenvolvimento da motricidade fina e grossa.

ISSN: 2358-8829

A importância deste artigo se justifica pela necessidade de registrar, analisar e difundir práticas pedagógicas inclusivas no contexto do Ensino Médio amazonense, onde a produção acadêmica sobre ações de sensibilização combinadas ao suporte de professores auxiliares ainda é incipiente. Justifica-se, também, ao evidenciar que a inclusão do estudante com TEA não se limita ao espaço da sala de aula, mas exige a mobilização de toda a comunidade escolar para a superação de barreiras atitudinais, comunicacionais e metodológicas.

O objetivo geral deste trabalho é analisar as contribuições pedagógicas e relacionais de uma oficina interdisciplinar de sensibilização sobre o TEA, desenvolvida no âmbito da campanha "Abril Azul", para a promoção de um ambiente escolar inclusivo no Ensino Médio. Como objetivos específicos, busca-se: mapear estratégias de transposição didática e sensibilização sensorial aplicadas durante a oficina; discutir o papel do professor auxiliar de vida como agente de mediação entre os estudantes com TEA, o corpo docente e os pares neurotípicos; e identificar os impactos da vivência na formação continuada dos educadores e no fortalecimento de atitudes empáticas no cotidiano escolar.

A legislação inclusiva brasileira postula que todos os estudantes, independentemente de suas especificidades cognitivas ou sensoriais, têm direito a frequentar a sala de aula do ensino regular. Contudo, para que a inclusão supere o caráter meramente formal de presença física e garanta o efetivo desenvolvimento do educando, é imprescindível que os professores estejam capacitados, de modo a oferecer os subsídios pedagógicos necessários. Assim sendo, as diretrizes normativas vigentes exigem não apenas o acesso, mas o acompanhamento do desempenho e da aprendizagem, assegurando o acolhimento que, no Ensino Médio, deve se concretizar pelas práticas pedagógicas intencionais, pelo planejamento flexível e pela construção de um ambiente escolar verdadeiramente acessível e empático.

A articulação entre a teoria sociointeracionista de Vygotsky (1984) e os princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem (CAST, 2018) oferece o aporte conceitual e prático necessário para superar a mera integração física e consolidar a inclusão efetiva. Para Vygotsky, o desenvolvimento humano ocorre mediante a mediação pedagógica na Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), o que exige do docente intervenções intencionais capazes de impulsionar as potencialidades do educando. O DUA operacionaliza essa mediação ao orientar o planejamento de abordagens flexíveis

baseadas em múltiplos meios de engajamento, representação e expressão. Dessa forma, a associação entre a mediação de Vygotsky e a estrutura do DUA assegura que a transposição didática no Ensino Médio respeite as especificidades do estudante com TEA, promovendo a participação ativa e o alcance de metas de aprendizagem significativas.

METODOLOGIA

O processo avaliativo ocorreu de forma contínua e formativa, considerando critérios como participação, engajamento e impactos promovidos a partir das ações desenvolvidas. A oficina pedagógica intitulada "Compreendendo o Autismo na Escola" integrou um plano de ação abrangente desenvolvido ao longo de todo o mês de abril, período mundialmente dedicado à conscientização do Transtorno do Espectro Autista (TEA), por meio da campanha "Abril Azul". Tal iniciativa foi desenvolvida em consonância com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), que estabelece a promoção de campanhas e ações educativas de conscientização no âmbito das instituições de ensino (BRASIL, 2015).

Embora as reflexões e discussões sobre o tema tenham permeado o calendário escolar durante todo o mês, a oficina presencial propriamente dita foi planejada e executada de forma intensiva ao longo de uma semana. A proposta metodológica caracteriza-se por uma abordagem qualitativa, de natureza interventiva, fundamentada em práticas participativas, dialogadas, sensoriais, artísticas e tecnológicas, envolvendo ativamente toda a comunidade escolar e alinhada ao princípio da flexibilidade pedagógica e do Desenho Universal para a Aprendizagem (CAST, 2018), assegurando que todas as dinâmicas fossem cuidadosamente estruturadas e adaptadas às especificidades e faixas etárias das diferentes turmas participantes.

As ações foram organizadas em momentos interdisciplinares e integrativos, compreendendo as seguintes etapas:

1. **Rodas de Conversa Mediadas:** espaços de escuta e diálogo conduzidos em parceria entre a professora auxiliar de vida e a pedagoga da instituição, visando desconstruir estigmas e esclarecer dúvidas sobre o espectro autista.
2. **Leitura e Mediação de Materiais Adaptados:** utilização de literaturas inclusivas com recursos visuais, linguagem direta e suporte de Comunicação Alternativa para garantir o acesso à informação de forma equitativa.

3. **Dinâmicas Sensoriais e Interativas:** atividades práticas de simulação do processamento sensorial e da comunicação alternativa, estimulando nos estudantes a alteridade, a empatia e a percepção das barreiras enfrentadas por colegas neurodivergentes.
4. **Oficinas Artísticas e Produção Coletiva:** confecção de cartazes, pinturas e memoriais visuais sobre o respeito à diversidade, cuja produção culminou em uma exposição comunitária realizada no momento cívico da escola (Hora Cívica).

A oficina teve duração aproximada de 45 minutos por sessão, sendo aplicada de forma participativa, vivencial e reflexiva. A proposta utilizou recursos didáticos de baixo custo e alta acessibilidade, como cartolinas, fones de abafamento sensorial, imagens estruturadas, textos com suporte visual, tintas guache e *post-its*. A abertura das sessões deu-se por meio de uma exposição introdutória dialogada sobre o espectro, na qual se abordaram as características do TEA mapeadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS, 2013), tais como as nuances do processamento sensorial, a diversidade nas formas de comunicação (com ênfase na Comunicação Alternativa e Aumentativa - CAA), os desafios na reciprocidade social e as potencialidades individuais.

A culminância do projeto correu no momento comunitário da Hora Cívica Escolar, sob a supervisão da Coordenadora Pedagógica e com o suporte direto dos Professores Mediadores Escolares. Na ocasião, os estudantes socializaram os saberes e as produções desenvolvidas ao longo das oficinas, multiplicando a mensagem de valorização da diversidade para toda a comunidade escolar. Essa mobilização encontrou respaldo normativo na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996) e na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI nº 13.146/2015), ratificando o compromisso da instituição com a educação cidadã.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A articulação entre a escuta ativa, o trabalho colaborativo da equipe pedagógica e o engajamento direto dos estudantes evidenciou que ações preventivas e de sensibilização contínua fortalecem a convivência cidadã e consolidam um ambiente escolar verdadeiramente inclusivo. A integração entre equipe de apoio, professores regentes e estudantes evidenciaram que ações de sensibilização bem planejadas, e devidamente

ISSN: 2358-8829

articuladas à rotina de aulas da escola, fortalecem os vínculos comunitários e pavimentam o caminho para uma efetiva inclusão escolar no Ensino Médio.

Um dos pilares centrais da intervenção pedagógica foi o fortalecimento dos laços interpessoais entre os estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e seus pares neurotípicos. A iniciativa buscou fomentar a construção de um ambiente escolar acolhedor, seguro e pautado pela alteridade, em alinhamento direto com as diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008).

Nesse contexto, observou-se o engajamento espontâneo, empático e respeitoso dos estudantes neurotípicos nas estações de vivência sensorial e motora. Contudo, a experiência demonstrou que a acolhida atitudinal, embora indispensável, precisa ser acompanhada por estratégias de acessibilidade pedagógica. A transposição de conteúdos adaptados faz toda a diferença no âmbito escolar: quando o saber curricular é reorganizado por meio do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) e por apoios multissensoriais, desconstrói-se a barreira da invisibilidade pedagógica. A adaptação intencional do conteúdo garante que o estudante com TEA ultrapasse a condição de espectador e se torne, ao lado de seus colegas, sujeito ativo e protagonista na construção do próprio conhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização da oficina pedagógica "Compreendendo o Autismo na Escola", como desdobramento das ações promovidas ao longo do mês em alusão à campanha **Abril Azul**, revelou-se uma experiência profundamente enriquecedora e transformadora para a comunidade escolar. A articulação entre a sensibilização atitudinal e a vivência de práticas sensoriais, motoras e cognitivas permitiu ampliar o olhar de estudantes e profissionais de educação para a relevância da empatia, da comunicação alternativa e do respeito à neurodiversidade no cotidiano de ensino.

A construção coletiva de painéis, as simulações do processamento sensorial, o uso de recursos de Comunicação Alternativa e Aumentativa (CAA) e a culminância integrada à Hora Cívica Escolar evidenciaram as barreiras enfrentadas diariamente por estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Essas iniciativas alinharam-se com rigor às Leis vigentes e aos aportes teóricos abordados neste trabalho, confirmando que o

desenvolvimento cognitivo e social é impulsionado por ambientes ricos em mediação, afetividade e interações significativas. Além disso, a experiência demonstrou que a garantia do acesso e da permanência não é suficiente se não for acompanhada pela transposição didática de conteúdos adaptados. A utilização dos princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) e a presença atuante da professora auxiliar de vida revelaram-se determinantes para que os estudantes com TEA ultrapassassem a condição de meros ouvintes e se tornassem protagonistas na construção do seu próprio conhecimento, ao lado de seus pares neurotípicos.

Por fim, a intervenção ressaltou a necessidade premente de formação continuada para o corpo docente do Ensino Médio e da consolidação do trabalho colaborativo entre a equipe pedagógica e os profissionais de apoio. A conscientização sobre o autismo não se encerra nas campanhas do mês de abril; trata-se de um compromisso ético, político e pedagógico contínuo que deve orientar a construção diária de uma escola pública verdadeiramente inclusiva, democrática e equitativa.

Palavras-chave: Inclusão; Autismo; Educação; Sensibilização; Escola.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 22 out. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília, DF: Presidência da República, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em: 22 out. 2026.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 22 out. 2026.

CAST. **Universal Design for Learning Guidelines version 2.2**. Wakefield, MA: CAST, 2018. Disponível em: http://udlguidelines.cast.org. Acesso em: 22 out. 2026.

CHEVALLARD, Yves. **La Transposition Didactique: du savoir savant au savoir enseigné**. 2. ed. Grenoble: La Pensée Sauvage, 1991.

GRANDIN, Temple; PANEK, Richard. **O cérebro autista: pensando através do espectro**. Tradução de Cristina Cavalcanti. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por que é? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

PIAGET, Jean. **O nascimento da inteligência na criança**. Tradução de Alvaro Cabral. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

VYGOTSKY, Lev Semenovitch. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. Organização de Michael Cole *et al.* Tradução de José Cipolla Neto, Luís Silveira Menna Barreto, Athanasio Myra Neto. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.